

Sumário

Introdução	1
Considerações Iniciais.....	1
Razões de escolha do tema de estudos	5
Questões metodológicas	11
Divisão dos capítulos.....	12
1 O Constitucionalismo Humanístico do Pós-Guerra e o Universo da Personalidade do Trabalhador: Diretrizes Cardeais	15
1.1 O constitucionalismo humanístico do pós-guerra	15
1.2 O constitucionalismo humanístico do pós-guerra: diretrizes cardeais para o tratamento dos direitos da personalidade no âmbito do contrato de emprego.....	28
1.2.1 Dignidade da pessoa humana	31
1.2.2 Centralidade da pessoa humana	37
1.2.3 Inviolabilidade do direito à vida	42
1.2.4 Igualdade e não discriminação.....	47
1.2.5 Direito à privacidade e o direito à intimidade.....	55
1.2.6 Direito à honra e imagem.....	63
2 O Constitucionalismo Humanístico do Pós-Guerra e os Novos Parâmetros Jurídicos para o Poder do Empregador: Diretrizes Cardeais.....	69
2.1 A influência dos novos paradigmas constitucionais no poder do empregador	69
2.1.1 Justiça social	72

2.1.2 Função social da propriedade	79
2.1.3 Função social do contrato	88
2.1.4 Valorização do trabalho e emprego.....	94
2.1.5 Princípio da segurança	102
2.1.6 Princípio do bem-estar individual e coletivo	107

3 As Dimensões do Poder do Empregador e seus Mecanismos Clássicos e Modernos de Atuação..... 111

3.1 Conceito e caracterização do poder do empregador.....	114
3.2 Fundamentos do poder do empregador	118
3.3 Natureza jurídica do poder do empregador	123
3.4 Alcance do poder do empregador.....	126
3.4.1 Poder diretivo	126
3.4.2 Poder regulamentar	132
3.4.3 Poder de fiscalização	135
3.4.4 Poder disciplinar	138
3.5 Limites ao poder do empregador	147
3.5.1 Ius variandi e ius resistentiae	149

4 A Atuação do Poder do Empregador no Campo do Universo da Personalidade do Trabalhador: Possibilidades e Limites Jurídicos..... 159

4.1 Os direitos da personalidade do trabalhador no direito brasileiro e no direito português.....	159
4.2 Os direitos de personalidade do empregador	181
4.3 Compatibilização entre os direitos da personalidade do trabalhador e o poder do empregador: possibilidades e limites	186
4.4 Situações fáticas: aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.....	192

4.4.1 Revistas íntimas e em pertences do empregado	200
4.4.2 Controle de utilização dos banheiros	204
4.4.3 Controle sobre a vida extralaboral	211
4.4.4 Interferência na aparência física e vestimenta	217
4.4.5 Interferência na vida pessoal amorosa	220
4.4.6 Interferência na liberdade religiosa	223
4.4.7 Controle por meio de câmeras televisivas (videovigilância) e direito à imagem	228
4.4.8 Proteção de dados pessoais dos empregados: o Regulamento Geral de Proteção de Dados na Europa e a Lei Geral de Proteção de dados pessoais no Brasil	233
4.4.9 Respeito ao direito do empregado ao esquecimento quanto aos seus dados pessoais.....	245
4.4.10 Controle de correspondências, inclusive eletrônicas, e telefones.....	249
4.4.11 Controle de acesso à internet e uso de equipamentos eletrônicos	255
4.4.12 Controle do tempo e respeito ao “direito” à desconexão do trabalhador.....	258
4.4.13 Controle sobre dados médicos do empregado	266
4.4.14 Critérios para seleção e admissão de pessoal	269
4.4.15 Outros	272

**5 Os Exames Toxicológicos no Mundo do Trabalho
e os Dilemas das Tensões Jurídicas Decorrentes281**

5.1 O problema social da dependência de álcool e drogas: perspectiva mundial.....	282
5.2 Tratamento geral do tema no âmbito da OIT	291

5.3 Os exames toxicológicos no ambiente laboral: análise da regulamentação jurídica existente no direito português	302
5.4 Os exames toxicológicos no ambiente laboral: análise da regulamentação no direito brasileiro.....	322
5.5 O tratamento jurisprudencial da possibilidade de se realizar exames toxicológicos no ambiente de trabalho	337
5.5.1 Portugal.....	337
5.5.2 Brasil.....	348
5.6 Interferência da utilização de álcool e drogas no ambiente de trabalho sob a ótica da saúde e segurança do trabalhador e de terceiros	353
5.7 Diretrizes cardiais para a realização de exames toxicológicos no ambiente do trabalho	360
6 Elementos Paradigmáticos Relativos à Análise Jurídica das Situações-Limite: Teoria Direcional	367
6.1 O direito do empregado à saúde	368
6.2 O dever do empregador de zelar pela saúde do trabalhador	387
6.3 Análise de situações-limite: a contraposição entre o poder do empregador e seu dever de zelar pela saúde/segurança do trabalhador e o direito à intimidade do empregado	397
6.4 Por uma teoria direcional sob a ótica da preservação do direito à saúde do trabalhador e do direito ao reconhecimento	406
7 Conclusão	419
Referências Bibliográficas.....	431